



Relatório de gestão

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2013 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2013, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2012.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Assim, temos:

1 - Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida.

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa ao longo do ano, tendo ainda procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta última, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 64%.

Para aquele grau, em termos de execução, contribuíram essencialmente os capítulos:

| Rubricas | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|--------|--------|--------|
| 01 – Impostos directos | 118,41 | 98,18 | 120,21 |
| 02 – Impostos indirectos | 66,63 | 94,10 | 89,76 |
| 04 – Taxas, multas e outras penalidades | 59,47 | 133,89 | 121,77 |
| 06 – Transferencias correntes | 82,63 | 74,81 | 78,08 |
| 10 – Transferencias de capital | 29,79 | 50,83 | 52,99 |

Isto no que respeita à percentagem, porque em valor efetivo a maior contribuição corresponde aos capítulos 01, 05, 06, 07 e 10 apresentando os maiores valores.

Quanto ao peso de cada um dos capítulos no total da receita, temos o quadro seguinte que evidencia aquela situação, notando que estes representam cerca de 98% da receita cobrada:



| Rubricas | 2013 | % |
|--|------|-------|
| 01 – Impostos directos | | 7,11 |
| 05 – Rendimentos da propriedade | | 4,25 |
| 06 – Transferências correntes | | 64,69 |
| 07 – Vendas de bens e serviços correntes | | 6,52 |
| 10 – Transferências de capital | | 15,60 |

Refira-se, que merece ainda especial destaque uma análise das transferências e subsídios obtidos, uma vez que representam 80% do total da receita, de forma a mostrar quer a importância destes, quer a sua origem:

| Rubricas | 2013 | 2012 | 2011 | € |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|---|
| Transferências do orçamento do Estado | 6.398.705,00 | 6.398.705,00 | 6.739.400,00 | |
| Outros | 88.870,80 | 152.942,43 | 109.737,58 | |
| Exterior (Fundos comunitários) | 37.618,96 | 543.897,76 | 1.074.966,64 | |

Quanto à despesa, foi obtido um grau de execução orçamental na ordem dos 57%, que se pode comprovar no mapa de *execução orçamental da despesa*.

Numa análise, por natureza económica, podemos concluir que os capítulos que contribuíram para aquela execução, representando cerca de 79% da despesa total, foram essencialmente os seguintes:

| |
|-----------------------------------|
| 01 – Despesas com pessoal |
| 02 – Aquisição de bens e serviços |
| 04 – Transferências correntes |
| 08 – Transferências de capital |

No que respeita às *Grandes Opções do Plano* e fazendo uma análise dos investimentos executados por objectivo e programas, verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para os objetivos *Social e Outras* que absorvem cerca de 17,% e 76% respectivamente, do total do investimento.

Quanto aos programas que mais se destacam em termos de investimento constam do quadro seguinte:

| Rubricas | 2013 | % |
|---------------------------|------|------|
| 111 – Administração geral | | 2,6 |
| 211 – Ensino não superior | | 7,75 |
| 251 - Cultura | | 5,57 |
| 320 – Indústria e energia | | 2,33 |



2 - Quadro evolutivo da situação económica e financeira

- Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, reflectindo em 31 de Dezembro de 2013, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão alguns rácios para uma observação de algumas rubricas do Balanço, fazendo-se uma comparação com o ano de 2012.

- Demonstração de resultados

No ano de 2013 o resultado líquido é negativo, existem variações de algumas rubricas de custos e proveitos, nomeadamente um aumento na conta 62 por diminuição da conta 63, esta alteração deve-se ao facto dos pagamentos à empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M. (FCTL) serem feitos através da rubrica prestação de serviços e não por transferência, como ocorreu nos anos anteriores. Esta mudança decorre dos contratos de aquisição de serviços celebrados entre o Município e a FCTL.

Por outro lado houve um ligeiro decréscimo das amortizações do exercício que pode ser explicado pelo facto de que algum imobilizado atingiu o fim de vida útil.

O aumento na conta 67 deve-se à criação de provisões para a dívida à Águas do Zêzere e Côa, S.A. quer no que respeita a juros, quer no que respeita a faturação, conforme explicado na nota 8.2.27 dos Anexos às demonstrações financeiras.

Relativamente aos proveitos há a referir apenas um aumento verificado na conta 72 deve-se sobretudo ao aumento da receita de impostos.

Por ultimo, uma nota relativamente à conta 79, o seu valor diminui comparativamente ao ano anterior uma vez que acolheu apenas pequenas correções relativas a exercícios anteriores, pelo que o valor da conta diz respeito a rendas de concessões da EDP e Águas do Zêzere e Côa, S.A.

3 - Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida aumentou em 2010 dado que foi celebrado um novo contrato de empréstimo, no valor de 4.600.00,00 €, que apesar de estar depositado nas contas do Município, ainda não foi utilizada parte do mesmo.



No entanto em 2013, o Município continuou a fazer amortizações dos empréstimos que tem, tendo por isso reduzido a dívida em 2013, face a 2012.

| | € | | € |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2012 | 2013 |
| Capital em dívida | 6.985.007 | 6.601.627 | 6.049.179 |

4 - Indicadores de gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspecto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial.

Assim, temos:

- Indicadores de natureza orçamental

| | % | |
|--|-------|-------|
| Descrição | 2013 | 2012 |
| Cobertura das despesas pela receita | 1,102 | 0,968 |
| Peso das despesas correntes nas receitas correntes | 0,875 | 1,073 |
| Peso das despesas de capital nas receitas de capital | 1,093 | 0,953 |
| Peso da despesa total na receita total | 0,908 | 1,034 |

Da análise dos indicadores supra verifica-se um melhoria significativa relativamente a 2012 evidenciando o facto de as receitas cobrirem a totalidade das despesas com especial ênfase na vertente corrente.

Salienta-se no entanto que no que diz respeito ao indicador *peso das despesas de capital nas receitas de capital* apresenta uma inversão em relação a 2012, ou seja, voltou-se a registar mais despesas de capital do que receitas.

- Indicadores de natureza financeira

| | % | |
|-------------------|-------|-------|
| Descrição | 2013 | 2012 |
| Liquidez geral | 0,563 | 0,170 |
| Liquidez reduzida | 0,559 | 0,100 |
| Liquidez imediata | 0,526 | 0,170 |
| Solvabilidade | 1,086 | 1,100 |

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que todos eles sofreram um acréscimo substancial relativamente a 2012, justificado essencialmente pelo valor apresentado na rubrica de disponibilidades.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 para que estivéssemos perante valores aceitáveis.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida apresenta um valor aceitável no entanto e aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez imediata (apresentando valores próximos) verifica-se que a melhoria do primeiro traduz-se no aumento de uma rubrica com elevada disponibilidade criando um desequilíbrio **pontual** de aplicabilidade e gestão de curto prazo.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

5 - Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, neste caso concreto o resultado líquido do exercício é negativo, deste modo deverá apenas ser transferido para a conta de resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 14 de Abril de 2014

O Presidente da Câmara

(Paulo José Gomes Langrouva)